



INFLUENZAPHOBIA”: MEDO E MORTE NO CONTEXTO DA GRIPE ESPANHOLA EM SERGIPE

“INFLUENZAPHOBIA”: FEAR AND DEATH IN THE CONTEXT OF THE SPANISH FLU IN SERGIPE

MATHEUS HONORATO DA SILVA SANTOS¹

Resumo

O presente artigo objetiva investigar a relação entre a crise sanitária decorrente da epidemia de gripe espanhola em Sergipe e a manifestação individual e/ou coletiva do sentimento de medo na sociedade local. O recorte temporal da análise corresponde ao quadrimestre que se estende dos meses de setembro a dezembro de 1918, intervalo esse que abrange tanto a fase que precedeu a disseminação da influenza no estado, quanto o surto epidêmico sergipano. Periódicos publicados à época na capital Aracaju constituem o aparato de fontes utilizadas na pesquisa em questão, que, por seu turno, embasa-se em discussões teórico-metodológicas referentes ao medo e à morte na historiografia, assim como em abordagens relacionadas à evolução dessa epidemia no Brasil, de maneira geral, e em Sergipe, de modo particular. Suscita-se a hipótese de que, por intermédio da imprensa, a gripe espanhola se tornou capaz de atemorizar a população sergipana, em função do teor dos textos jornalísticos e da presença de uma subjetividade que por vezes se manifesta no discurso dos redatores.

Palavras-chave: gripe espanhola; medo; morte; Sergipe; sociedade.

Abstract

This article aims to investigate the relationship between the health crisis resulting from the Spanish flu epidemic in Sergipe and the individual and/or collective manifestation of the feeling of fear in local society. The time frame for the analysis corresponds to the four-month period that runs from September to December 1918, an interval that covers both the phase that preceded the spread of influenza in the state and the epidemic outbreak in Sergipe. Periodicals published at the time in the capital Aracaju constitute the apparatus of sources used in the research, which is based on theoretical-methodological discussions regarding fear and death in historiography, as well as on approaches related to the evolution of this epidemic in Brazil, in general, and in Sergipe, in particular. The hypothesis is raised that, through the press, the Spanish flu became capable of frightening the population of Sergipe, due to the content of journalistic texts and the presence of a subjectivity that sometimes manifests itself in the editors' discourse

.Keywords: Spanish flu; fear; death; Sergipe; society.

¹ Graduado em História pela Universidade Federal de Sergipe (2023). E-mail: matheushonorato777@hotmail.com.



Considerações preliminares

Desembarcariam na cidade de Aracaju, em 20 outubro de 1918, seis tripulantes do vapor *Itapacy* acometidos pela influenza espanhola; propagar-se-ia, daí em diante, e por todo o estado de Sergipe, não unicamente a própria enfermidade, mas também a expressão do sentimento de medo, individual ou coletivo, de contrair a doença e, sobretudo, de perecer em função dela.

Partindo do pressuposto de que as epidemias afetam a mentalidade² das sociedades que as enfrentam, propõe-se, neste artigo, uma tentativa de elucidação da interferência exercida pela crise epidêmica da gripe espanhola sobre as mentes dos indivíduos sergipanos, levando-se em conta fatores primaciais, como o problema da insalubridade urbana – que acarretaria o espraiamento da epidemia, considerando a insuficiência de políticas de saneamento –, os efeitos econômicos do contexto epidêmico, já que a contaminação desenfreada levaria à suspensão de alguns estabelecimentos comerciais da capital, além da debilidade dos serviços de assistência médica e a subjetividade da imprensa aracajuana.

O contexto de progressão da gripe espanhola em Sergipe já foi explanado, ainda que em largos traços e sob a perspectiva da medicina, por Antônio Samarone de Santana (2001), cuja análise respeitante à evolução da saúde pública e à estruturação médico-hospitalar do estado se apresenta como referência basilar para o estudo da epidemia de influenza e outros surtos locais. A partir de então, o cenário epidêmico em questão não tornaria a ser focalizado até a publicação de um artigo por Matheus Honorato da Silva Santos (2023), que escrutina as relações de poder na conjuntura epidêmica da “espanhola” e os seus impactos sociais entre os sergipanos.

Para lograr o objetivo almejado, lançaremos mão de um quadro teórico constituído por discussões de autores que examinam o medo e a morte do ponto de vista historiográfico – como Jean Delumeau (2009) e Philippe Ariès (2014) –, além de trabalhos de historiadores brasileiros que perscrutam os efeitos da gripe espanhola em determinadas localidades do país – Claudio Bertolli Filho (2003), Christiane Maria Cruz

² Considerando a proposta de análise, convém sublinhar, de antemão, a relação entre o sentimento de medo diante da disseminação de uma doença e os estudos acerca da mentalidade no campo da História cultural. Segundo Peter Burke (2010, p. 148), o termo mentalidade foi empregado ocasionalmente por Émile Durkheim e Marcel Mauss. Mas o conceito seria introduzido na França com a publicação do livro de Lucien Lévy-Bruhl *La mentalité primitive* (1922). Reconhecida como obra pioneira na história das mentalidades, *Les Rois Thaumaturges* (1924), de Marc Bloch, era descrita por seu autor como uma história de *representações coletivas*, de *representações mentais* ou de *ilusões coletivas*. Georges Lefebvre conceberia a expressão *história das mentalidades coletivas*.



de Souza (2009) e Lilia Moritz Schwarcz; Heloisa Murgel Starling (2020). Os jornais contemporâneos à epidemia compõem o arcabouço de fontes utilizadas, as quais foram consultadas de forma presencial nas hemerotecas do Arquivo Público do Estado de Sergipe (Apes) e da Biblioteca Pública Epiphânio Dória (BPED), e virtualmente, por meio do acesso à plataforma on-line *Jornais de Sergipe*, mantida pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

Cumprе ressaltar que não se intenciona esgotar a problemática em pauta, a julgar pela exiguidade do espaço e pelas possibilidades diversas de abordagem do tema, especialmente nos âmbitos da História cultural, com enfoque no estudo das mentalidades, e das relações sociais em contextos de epidemias. Considera-se, pois, que a pesquisa consiste em uma contribuição modesta para a historiografia, e que investigações doravante empreendidas poderão preencher as lacunas que certamente permanecerão.

Medo, morte e a gripe espanhola na historiografia

“Valha-nos Deus!”. Com essas palavras, clamavam os redatores do periódico aracajuano *Jornal do Povo*, na edição publicada no dia 21 de novembro de 1918, referindo-se à infausta progressão da gripe espanhola no estado de Sergipe. Replicando a súplica no número de 25 de novembro, o jornal registrava que “o pânico já começa a estabelecer-se”, e que “as notícias que circulam são apavorantes”. Palavras similares despontavam em numerosos textos jornalísticos presentes em outros periódicos locais, e revelavam a crescente apreensão da sociedade em face dos efeitos desassossegadores da epidemia de influenza. Avolumavam-se, pois, na imprensa, os informes perturbadores, os quais não raro instilavam na população o temor do flagelo.

No que concerne ao rol de pesquisas historiográficas desenvolvidas nas últimas décadas e que focalizam a relação existente entre a epidemia de gripe espanhola e a sociedade brasileira, destacam-se algumas referências elementares. Lançado em 2003, o livro *A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade*, de autoria de Claudio Bertolli Filho, entrelaça a história da cidade de São Paulo e os comportamentos sociais manifestados na conjuntura epidêmica de influenza naquela capital. A versão revisada da tese de doutorado equiparavelmente relevante de Christiane Maria Cruz de Souza viria a público em 2009, em formato de livro, com o título *A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia*, trabalho esse que objetiva investigar os



impactos e as reações provocadas pelo referido surto epidêmico no estado da Bahia, correlacionando a doença com fatores sociais, culturais e políticos.

Uma outra contribuição notável remete ao ano de 2020, quando Lilia Moritz Schwarcz e Heloisa Murgel Starling publicaram, no contexto da pandemia de Covid-19, *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*, obra que mapeia a disseminação da doença em grandes cidades do país, descortinando, nesse ínterim, problemáticas como a precariedade sanitária, a debilidade dos serviços de assistência médico-hospitalar e a negligência das autoridades públicas.

As referências sublinhadas em meio a um panorama volumoso de pesquisas respeitantes à evolução da gripe espanhola no Brasil apresentam determinadas características em comum, a exemplo do enfoque recorrente no medo despertado pela epidemia, aspecto que intencionamos aqui deslindar, adotando como baliza geográfica o território sergipano.

Para examinarmos o medo sob a perspectiva historiográfica, é indispensável recorrer, de antemão, aos estudos do pesquisador francês Jean Delumeau (2009), que analisa as nuances do medo no que tange à civilização ocidental, entre os séculos XIII e XVIII. O autor argumenta que o sentimento de medo, sendo inerente à natureza do ser humano, apresenta-se como um componente maior da experiência humana, apesar dos esforços envidados para superá-lo. Trata-se, ademais, de um mecanismo essencial de defesa contra o perigo, que permite ao organismo escapar momentaneamente da morte. Em alusão à dimensão coletiva e à onipresença do medo nos grupos sociais ao longo da história, Delumeau (2009, p. 25-27) sentencia:

Coletivo, o medo pode ainda conduzir a comportamentos aberrantes e suicidas, nos quais a apreensão correta da realidade desaparece [...]. O historiador, em todo caso, não precisa procurar muito para identificar a presença do medo nos comportamentos de grupos. Dos povos ditos “primitivos” às sociedades contemporâneas, encontra-o quase a cada passo – e nos setores mais diversos da existência cotidiana.

Em meio ao rol de medos cotidianos, destacavam-se, de acordo com Delumeau (2009, p. 154-169), os episódios de medo coletivamente manifestados, decorrentes das epidemias que se abatiam sobre alguma cidade ou região. A recorrência do aparecimento da peste incutia nas populações o nervosismo e o temor, reações possivelmente endossadas pela tese apregoada pelo clero e por fiéis de que as epidemias representavam uma chuva mortal de flechas lançadas por um Deus encolerizado que punia os homens conforme a sua vontade. Os artistas, por seu turno, ressaltavam, além do atributo punitivo da pestilência, o fato de que nenhum indivíduo poderia se vangloriar de fugir à investida



do flagelo, visto que este afligia igualmente a todos, fosse rico ou pobre, jovem ou velho. Tal equiparação entre o ataque das flechas como punição divina e a propagação da peste impulsionaria a invocação de São Sebastião contra as epidemias, tendo em conta que o santo padecera trespassado por flechas.

É conveniente pontuar que o culto a São Sebastião se avivaria durante a crise epidêmica da gripe espanhola no Brasil, em particular na cidade do Rio de Janeiro. Torna-se evidente que a devoção constituía uma fonte de amparo, por meio da qual os fiéis buscariam na religiosidade a proteção contra a investida da doença, em particular quando as autoridades médicas e políticas pareciam incapazes de detê-la. É o que depreendemos de um telegrama oriundo da Capital Federal e reproduzido na edição de 7 de novembro de 1918 do periódico sergipano *Diario da Manhã*: “Houve aqui grande procissão de penitência, tendo à frente a imagem de S. Sebastião, padroeiro da cidade, para acabamento da epidemia”.

O advento das irmandades religiosas, datado do século XIV, contribuiria, de acordo com o medievalista Philippe Ariès (2014, p. 243-249), para a consolidação do culto dos mortos, e os santos protetores dessas associações de benfeitores laicos seriam escolhidos entre os chamados santos “profiláticos”, os quais presumivelmente defendiam os seus devotos contra as epidemias; sobressaíam, pois – além do já mencionado São Sebastião –, São Roque de Montpellier, que fora acometido pela peste, e São Gonçalo de Amarante, prestador de socorro aos humildes.

No que se refere à discussão relativa à relação entre as epidemias e a devoção religiosa, constatamos que a invocação de tais santos protetores também marca presença no âmbito da literatura ficcional, que pode ser associada às referências historiográficas aqui utilizadas, para fins comparativos. Assim, a devoção em tempos de epidemia pode ser notada, por exemplo, em produções literárias como a obra *A peste*, de Albert Camus (2024), na altura em que a expressão da fé mobilizaria os habitantes da cidade de Orã, na Argélia, em torno da realização de orações, em coletividade, para que uma grave moléstia cessasse. Lê-se em Camus (2024, p. 90):

Ora, por volta do fim do mês, as autoridades eclesiásticas da nossa cidade decidiram lutar contra a peste pelos seus próprios meios, organizando uma semana de preces coletivas. Essas manifestações da piedade pública deviam terminar no domingo com uma missa solene, sob a invocação de São Roque, o santo atacado pela peste.

Já na obra literária *Decamerão*, escrita pelo italiano Giovanni Boccaccio ainda no século XIV, podemos localizar uma alusão explícita à ideia de que a ocorrência das pestes



remetia à ira de Deus, que buscava punir os homens em razão dos pecados por eles cometidos. Logo nas páginas iniciais do livro de Boccaccio (1979, p. 11), lemos a seguinte passagem:

Por iniciativa dos corpos superiores, ou em razão de nossas iniquidades, a peste, atirada sobre os homens por justa cólera divina e para nossa exemplificação, tivera início nas regiões orientais, há alguns anos. Tal praga ceifara, naquelas plagas, uma enorme quantidade de pessoas vivas. Incansável, fora de um lugar para outro; e estendera-se, de forma miserável, para o Ocidente. [...] A praga, a despeito de tudo, começou a mostrar, quase ao principiar a primavera do ano referido [1348], de modo horripilante e de maneira milagrosa, os seus efeitos. (Itálicos meus).

Quatro séculos mais tarde, o literato britânico Daniel Defoe realçaria aspectos fulcrais acerca da postura da sociedade diante da propagação irrefreada da peste em Londres, em 1665. Colocando-se como testemunha ocular dos fatos, o escritor tece a sua narrativa do *Diário do ano da peste*, lançada em 1722, apresentando uma visão particularmente dúbia em relação à responsabilidade divina pela disseminação do flagelo. Defoe (2021, p. 40) sustenta, a princípio, que “o próprio Deus, por meio de todas as Escrituras, preferivelmente nos atrai a Ele, por meio de convites e chamados, para que nos voltemos a Ele, em vez de nos impelir pelo terror e espanto”. Com a evolução da doença, porém, convence-se do contrário, e passa a declarar que “[...] eu considerava esse período sombrio como uma *temporada particular de vingança divina* [...]” e que “indubitavelmente uma pandemia é um *golpe dos céus* que atinge uma cidade, um país ou uma nação” (Defoe, 2021, p. 88; 226. Itálicos meus).

Sobre a interferência psicológica do medo, a mesma obra, que mescla realidade e ficção, sugeria que a peste era capaz de desestabilizar a sanidade dos enfermos, levando-os a perpetrar atos abomináveis: “Alguns, incapazes de suportar o tormento, jogavam-se de janelas altas, ou davam tiros em si mesmos, ou se suicidavam de outra forma [...]”. Em outro trecho do livro, o narrador afirmaria que “a agonia imergia os doentes em delírios e loucuras e, quando estavam sozinhos, cometiam atos desesperados” (Defoe, 2021, p. 97; 198). Citaremos, oportunamente, atitudes semelhantes a essas, que seriam noticiadas pela imprensa sergipana.

Acerca do que se entende como o temor diante da morte, é relevante observar que, para Ariès (2014, p. 540), tal medo jamais se manifestou concretamente entre os homens.

Porque até o presente, ousou dizer, os homens, tais como os percebemos na História, nunca tiveram realmente medo da morte. Não há dúvida de que a temiam, sentiam certa angústia diante dela e o diziam com tranquilidade. *Mas justamente essa angústia nunca ultrapassava o limiar do indizível, do inexprimível.* Era traduzida em palavras apaziguantes e canalizada para ritos familiares. (Itálico meu).



Interessa-nos sinalizar que, para Schwarcz e Starling (2020, p. 46-47), a doença possui um caráter de evento social, e por vezes as epidemias provocam uma reação inicial de negação, a qual tende a retardar o máximo possível o momento de a crise ser enfrentada. A negação que decorre da manifestação de um medo legítimo pressupõe uma construção intelectual que almeja a aceitação do estado de anomia³ incompatível com a normalidade agradável proporcionada pelo corpo são. Foi por meio da literatura que o escritor argelino Camus (2024, p. 40) suscitou a provocação de que “o flagelo não está à altura do homem, diz-se então que o flagelo é irreal, que é um sonho mau que vai passar”. Sobre as reações da população em contextos de epidemias, afirmam as autoras acima citadas: “Quando a sociedade concorda em enxergar a enfermidade, significa que está ciente de uma situação amedrontadora. É chegada a hora, então, de enfrentar aquilo que a atemoriza, evitando ou resistindo” (Schwarcz e Starling, 2020, p. 47).

Ao reconstituir os efeitos da crise epidêmica na cidade de São Paulo, Bertolli Filho (2003) atesta que o sentimento de medo impregnou o tecido social ao longo da progressão da epidemia. O historiador evoca a tese de que o medo se reveste de um caráter coletivo quando as apreensões da sociedade passam a se depositar em um objeto ou acontecimento específico. No que compete ao caso daquela capital, esclarece Bertolli Filho (2003, p. 252):

A gripe espanhola, compondo o conjunto de acontecimentos adversos, veio romper os tênues laços que a maior parte da população mantinha com qualquer sentimento de segurança, levando os paulistanos a revelar a si próprios suas fraquezas e vulnerabilidades, num contexto onde o amanhã era incerto e a morte uma ameaça permanente. A cidade passou então a viver e a morrer em função da epidemia. *O medo impregnava a todos.* (Itálico meu).

Vale ressaltar que a doença seria diversamente nomeada ao longo das ondas epidêmicas, recebendo, inclusive, determinados “apelidos”. Quanto à adjetivação da influenza com o termo “espanhola”, explica Bertolli Filho (2003, p. 76) que a relação estabelecida entre a epidemia e a Espanha se fundamenta na premissa equivocada de que o flagelo se originara em território espanhol, ou que se houvesse registrado naquela nação um quantitativo de óbitos que suplantava os números de qualquer outro país. Para o historiador, o nome popular conferido à enfermidade seria legitimado pelos meios de comunicação das nações que atuavam diretamente na Primeira Guerra Mundial: “A

³ De acordo com Émile Durkheim (1999), que analisa as formas anormais da divisão do trabalho social, o estado anômico das relações sociais resulta, *grosso modo*, da intervenção de fatores entendidos como patológicos, que desregulam as condições de equilíbrio necessárias para a manutenção do curso normal da sociedade.



censura nesses países impedia a veiculação de notícias da presença gripal entre suas tropas, preferindo[-se] situar a pandemia [...] nos territórios inimigos ou em países neutros, como era o caso da Espanha” (Bertolli Filho, 2003, p. 76). Vê-se que a culpabilização de um responsável constitui uma reação recorrente aos males que já se manifestaram ao longo da história da humanidade, como argumentam Schwarcz e Starling (2020, p. 35):

Cada um desses males guarda sua história, sua especificidade e desenvolvimento. Só o que há de comum é a maneira como a humanidade reage a eles. Toda vez que não se pôde explicar o infortúnio, entender uma calamidade, apaziguar o medo diante de uma situação que não conseguimos compreender, a saída foi inventar um culpado.

Curiosa alcunha atribuída à doença seria a de “bailarina”, nomenclatura que se referia à facilidade de o morbo “deslizar” para o organismo do hospedeiro, como se estivesse dançando (Schwarcz e Starling, 2020, p. 25). Essa denominação inusitada logo se tornaria um sinônimo da própria influenza, e, como comprovaremos, apareceria nos jornais sergipanos.

Considerando que a trajetória de disseminação da gripe espanhola no Brasil principiou nas zonas litorâneas devido ao trânsito de navios intercontinentais dos quais desembarcaram, em portos nacionais, indivíduos contaminados, faz-se relevante constatar, em consonância com Delumeau (2009, p. 54-70) que, desde a Antiguidade, a imensidão do mar se configurava como um elemento hostil para a civilização essencialmente terrestre, em função dos incontáveis males conferidos à dimensão páfida e tenebrosa da água, a exemplo das moléstias. Nessa perspectiva, salienta o historiador que “[...] o mar era associado na sensibilidade coletiva às piores imagens de aflição. Estava ligado à morte, à noite, ao abismo” (Delumeau, 2009, p. 70). Como veremos, a influenza espanhola também seria transportada para o estado de Sergipe por via marítima, em outubro de 1918. Anteriormente, no entanto, a enfermidade se manifestara em outras localidades do país, deixando rastros de contágio condizentes com as rotas das embarcações.

Em recente tentativa de mapeamento do percurso da gripe espanhola, desde a sua provável origem, Schwarcz e Starling (2020) desenvolvem pesquisas nas quais buscam determinar com mais precisão o nascedouro da influenza. Sustentam que a hipótese de maior plausibilidade situa o surgimento da referida peste na base militar de Fort Riley, no estado do Kansas, nos Estados Unidos, entre fevereiro e março de 1918. Não tardaria até que o deslocamento de militares no contexto da guerra conduzisse a doença rumo às



nações europeias, ocasionando transtornos comparáveis aos do próprio conflito. Posto isso, as historiadoras pontuam que um dos paralelos entre a guerra e a pandemia reside no fato de uma ser tão global quanto a outra. À letalidade da própria beligerância, somava-se a fatalidade da peste; e a segunda onda – particularmente mais violenta – se assemelharia a uma nova grande guerra (Schwarcz e Starling, 2020, p. 38-41).

A gripe espanhola se proliferaria no Brasil a partir do mês de agosto entre os membros da Divisão Naval em Operações em Guerra (DNOG), uma missão despachada pelo presidente da República Venceslau Brás, a fim de combater a ação de submarinos alemães entre Fernando de Noronha e a ponta ocidental do continente africano. Progredindo com temível celeridade, já em setembro a doença acometeria, mormente em Dakar, no Senegal, uma parcela expressiva dos marinheiros brasileiros envolvidos na missão de guerra. O total de vítimas do flagelo na frota se elevaria a cerca de cem ou duzentas pessoas, e as notícias provindas de além-mar impactariam sintomaticamente a opinião pública no Brasil. Explicam Schwarcz e Starling (2020, p. 59-60) que “no país todo, começaram a se disseminar o medo e a angústia diante do incerto. Era como esperar um inimigo invisível, mas que sem dúvida atacaria”. Adiante, constataremos que a imprensa sergipana daria publicidade ao desenvolvimento da influenza entre os integrantes da supradita missão.

O percurso da enfermidade no Brasil teria se iniciado no porto de Recife, quando o navio transatlântico inglês *Demerara*, que fazia a rota Liverpool-Buenos Aires, atracou na manhã do dia 9 de setembro, deixando passageiros e tripulantes adoecidos. Nas escalas subsequentes, em Salvador, no Rio de Janeiro e em Santos, multiplicar-se-ia o quantitativo de pessoas acometidas, levando a “espanhola” a se alastrar irrefreada, irradiando-se para as regiões mais interioranas a partir dos principais centros urbanos à época. E o *Demerara* receberia, pois, o apelido infausto e sugestivo de Navio da Morte (Schwarcz e Starling, 2020, p. 60-61).

Ao chegar ao estado de Sergipe, em outubro, a influenza evidenciaria uma vez mais o histórico despreparo do poder público sergipano para o enfrentamento das chamadas doenças pestilenciais. Afirma Santana (2001, p. 21) que, desde o início da segunda metade do século XIX, quando a então província foi assolada por uma penosa epidemia de cólera, introduziu-se gradualmente algumas medidas profiláticas, as quais seriam aplicadas de forma isolada, apenas em circunstâncias emergenciais de crises sanitárias. A estratégia não se modificaria durante as primeiras décadas do século XX, como também averigua Santana (2001, p. 23):



O aparecimento da República não levou, em Sergipe, à estruturação do Estado para enfrentar os graves problemas de saúde pública. As epidemias continuavam a ocorrer sem a menor resistência do poder público. Em novembro de 1918, tivemos a ocorrência da epidemia de gripe espanhola em Sergipe, onde morreram quase mil pessoas no período de um mês, sendo esta, talvez, a última epidemia a assumir o caráter pestilencial em Sergipe. O despreparo do poder público para enfrentar mais esta crise foi evidente.

No que concerne à postura assumida pelos governantes locais diante do problema da precariedade sanitária, comprova o historiador Antonio Lindvaldo Sousa (2011, p. 49) que “não havia aplicação do dinheiro público em grandes campanhas de melhorias do saneamento e combate efetivo das epidemias”. Revela-se, então, que as condições insalubres do estado de Sergipe seguiam perdurando por décadas, considerando o fato de que até mesmo a capital já apresentava sérias deficiências estruturais desde que foi fundada. Perscrutando o contexto de fundação da cidade de Aracaju – consolidada em 17 de março de 1855 –, e o desenvolvimento da nova *urbe* ao longo do seu primeiro decênio de existência, o engenheiro Fernando Figueiredo Porto (1991, p. 22) pontua que “[...] Aracaju não era terra de muito boas águas, nem era muito salubre. [...] as tradições ainda correm, pintando de negro os dias da infância da nova cidade”.

Em 1918, não somente o panorama sanitário aracajuano se mostraria pouco alterado. As concepções médicas vigentes ao longo do século XIX também perdurariam, pelo menos até por volta dos anos de 1920. Posto isso, cumpre evocarmos o surgimento e a vigência relativamente duradoura da teoria dos miasmas, que ocasionaria um processo de medicalização da morte no Brasil, mormente no transcurso da segunda metade do século XIX. Elucida o historiador João José Reis (2022, p. 341-342) que os miasmas se tratavam de emanações pútridas oriundas da decomposição de matéria orgânica, as quais infectavam a atmosfera, causando a disseminação de doenças. De acordo com o autor, os médicos passariam a alegar que a proximidade entre os mortos e os vivos era malfazeja a estes, e, portanto, deveria ser evitada pelo fato de representar um sério problema de saúde pública. No que respeita a essa mudança gradual de mentalidade, relacionada com a passagem dos rituais expansivos associados ao catolicismo barroco a uma nova postura social orientada pela medicina, Reis (2022, p. 341) afirma:

Os velórios, os cortejos fúnebres, o enterro nas igrejas e outros usos funerários seriam focos de doença, só mantidos pela resistência de uma mentalidade atrasada e supersticiosa, que não combinava com os ideais civilizatórios da nação que se formava. Uma organização civilizada do espaço urbano requeria que a morte fosse higienizada, sobretudo que os mortos fossem expulsos de entre os vivos e segregados em cemitérios extramuros, quer dizer, fora das cidades e vilas.



A influência exercida pela medicina no processo progressivo de mudança de postura em relação à morte remete a meados do século XVIII, quando a insalubridade dos cemitérios, por exemplo, passou a ser problematizada em países da Europa como um fator a ser remediado. No que diz respeito a essa questão, Ariès (2014, p. 647) observa que, conforme a teoria apregoada pelos médicos de outrora, “a decomposição dos corpos tem uma relação com as epidemias e com o que nós chamamos hoje de doenças infecciosas”. O autor assinala, entretanto, que o fato de os indivíduos conviverem tão proximamente, e ao longo de séculos, com as necrópoles tidas como focos de pestilências proporcionadores de “espetáculos de horror”, causa uma certa surpresa, considerando a propriedade insalubre dos cemitérios (Ariès, 2014, p. 649).

Demonstra Santana (2001, p. 25) que as transformações providenciadas nas práticas da medicina tardariam a se efetivar em Sergipe, estado em que a teoria miasmática continuaria respaldando as ações médicas até a introdução da bacteriologia, que ocorreria progressivamente a partir da fundação do Hospital de Cirurgia, no ano de 1926, na capital. Assim, enquanto as novas descobertas científicas se consolidavam com certa morosidade, a assistência hospitalar então disponível se mostrava mais hostil do que acolhedora, porque “corria o ‘boato’ de que, aos doentes em situação mais grave, era ministrado o chá da meia-noite, uma poção venenosa que apressava o fim da vida daquela alma sofredora” (Santana, 2001, p. 160).

É conveniente tomarmos nota de que a percepção social da morte seria modificada no curso das décadas iniciais do século XX. Se a morte era capaz de intervir solenemente no espaço e no tempo de um determinado grupo social, mobilizando-o coletivamente e causando reações públicas, a sociedade já não mais seria afetada, como antes, por ocasião do desaparecimento de uma pessoa. Tratava-se de um abandono gradual da publicidade da morte, devido à noção de que ela amedrontava não somente pela sua negatividade, mas, também, por sua “repugnância”. A morte deixava, pois, de ser pública e se tornava oculta, escondida por ser feia, suja e indecente, equiparando-se, nesse quesito, às secreções do corpo (Ariès, 2014, p. 755-756; 768).

Outro fator crucial investigado por Ariès (2014, p. 775-786) é o fenômeno da supressão do luto, também constatado no século XX, quando esse sentimento passou a ser rejeitado – em particular no que tange aos funerais –, tendo em vista a ideia de que as lágrimas de um enlutado equivaliam às excreções repulsivas de uma doença, devendo ser socialmente reprimidas. Inferimos, portanto, que a epidemia de gripe espanhola de 1918



transcorreria em plena fase de mudanças significativas na postura dos vivos em relação aos mortos.

O espectro da influenza na imprensa sergipana

Ainda antes de os sergipanos se defrontarem com a influenza espanhola, em outubro de 1918, a doença não era de todo estranha à população, haja vista que a imprensa local começara a noticiar a progressão da epidemia semanas antes, em meados do mês de setembro. Telegramas irradiados do Rio de Janeiro, então Capital Federal, atualizariam os brasileiros – no que se inclui a sociedade sergipana – sobre o cenário epidêmico que se desdobrava mundo afora, insinuando-se ameaçadoramente e suscitando, por conseguinte, expectativas em torno da provável aproximação da moléstia.

Nesta seção, faz-se imprescindível constatar que a distância geográfica que separava os leitores de jornais nacionais e os indivíduos acometidos pela gripe no estrangeiro incutia certa sensação de segurança na população residente no país, o que resultaria no surgimento de uma convicção inconsistente de que os cidadãos brasileiros estariam resguardados pela imunidade ao morbo, caso permanecessem afastados dele. Diante disso, avalia Souza (2009, p. 101):

O Brasil acompanhava a tragédia à distância, através das reportagens que descreviam a trajetória da doença na Europa, publicadas nos periódicos de circulação diária em diversos estados da Federação. [...] Notícias como essas comoviam o público leitor, mas até então os brasileiros consideravam-se imunes a uma doença que grassava em países tão longínquos da Europa. Contudo, a movimentação de tropas, num período de conflito bélico que envolvia pessoas de várias partes do mundo, abalaria essa crença.

A partir da segunda quinzena de setembro, informações sobre adoecimentos registrados entre os membros da missão médica brasileira aportados em Dakar chegariam paulatinamente – e com um certo retardo – às páginas dos jornais aracajuanos. Depois de comunicar, por meio de um telegrama transcrito na edição de 19 de setembro, que a equipe fora recebida na capital senegalesa “[...] com festas excepcionais, prosseguindo a viagem em boas condições”, o *Jornal do Povo* tornaria a mencionar a missão naval ao replicar outro telegrama no número do dia 24. Dessa vez, entretanto, as boas-novas cederiam lugar a informes preocupantes; divulgava-se os falecimentos, na Europa, de quatro médicos brasileiros que integravam a frota atuante no Norte da África. Conforme a mensagem reproduzida no periódico, “o motivo dessas mortes e dessas doenças é devido a uma moléstia que irrompeu agora entre Dakar e Orã”.



A epidemia que afligia a missão médica em território africano alarmaria as autoridades do Brasil. Um novo telegrama também replicado no *Jornal do Povo*, mas no dia 25, evidenciava a cautela ocasionada pelo temor ante a possibilidade de o mal, agora nomeado, atingir os portos nacionais. Indicava-se que “o governo da República está providenciando no sentido de não serem atingidos os portos brasileiros pela influenza espanhola”. Afirmava-se, em seguida, que “para isso, já foi ordenada a desinfecção de todos os navios de procedência suspeita”.

Em 26 de setembro, o *Correio de Aracajú* traria mais uma mensagem expedida do Rio de Janeiro, ainda no dia anterior, em que se lia que “os jornais daqui se ocupam largamente da influenza espanhola, e lastimam a morte de tantos brasileiros que partiram para o ‘front’ [linha de frente] cheios de entusiasmo e patriotismo”. Além de se lamentar os óbitos dos compatriotas no estrangeiro, expressava-se uma crescente apreensão acerca da iminência da chegada da gripe espanhola. No periódico *Estado de Sergipe*, datado de 29 de setembro, localizamos a reprodução de um telegrama que apresentava semelhante tom de preocupação: “Há sérios receios [de] que a influenza espanhola se propague também no Brasil”.

No primeiro dia do mês de outubro, os leitores dos jornais sergipanos se deparariam com uma nova forma de comunicar o avanço da epidemia: textos jornalísticos mais extensos e analíticos, que dividiriam espaço com as mensagens telegráficas curtas e diretas, outrora predominantes. Na página inicial da edição do *Diário da Manhã* lançada naquela data, chamava a atenção a matéria intitulada “Epidemia terrível”, onde se delineava brevemente o histórico da passagem da influenza pela Europa, e informava-se que a doença já se fazia presente em estados brasileiros, não sendo poupados pelo articulista os adjetivos desalentadores. “Assim, com essa ramificação tenebrosa”, escrevia o jornalista, “a influenza está no Brasil, e em muitos estados tem-se manifestado terrível e assustadora”. Salientava-se que a situação crítica da capital baiana inquietava a população de Sergipe devido à proximidade: “A influenza, desse modo, nos bate à porta, anuncia a sua desoladora passagem pela nossa terra, para semear a mortandade, a miséria e o luto”. Rogava-se, com veemência, que os sergipanos tomassem precauções contra o morbo: “Evitemos, o quanto possível, a dolorosa peste espanhola, chamada influenza, tão dolorosa, tão assombrosa”. Por fim, cobrava-se das autoridades medidas profiláticas: “Providências!”.

No *Jornal do Povo* de 2 de outubro, um telegrama proveniente do Rio comunicava que “estão verificados na Bahia mais de mil casos de ‘gripe’, havendo três fatais”.



Naquele estado, a epidemia progredia, de fato, velozmente. É relevante destacar que os cidadãos soteropolitanos conviviam com problemas similares aos enfrentados por aracaajuanos no quesito insalubridade, o que favorecia a propagação de enfermidades. Nesse sentido, alega Souza (2009, p. 91):

Apesar dos esforços em tornar Salvador uma cidade moderna e civilizada, o cenário no qual irrompe a gripe espanhola não era dos mais favoráveis. A imagem da cidade moderna, fluida, higiênica, civilizada, construída por [José Joaquim] Seabra através da política de ordenação do espaço urbano, não condizia com a realidade. A capital da Bahia ainda era uma cidade que convivía com precárias condições de saneamento, carência de serviços de água, esgoto, transporte, e altas taxas de mortalidade provocadas por males endêmicos e epidêmicos.

No número do *Diario da Manhã* publicado em 17 de outubro, o periódico comunicava que “conforme os nossos telegramas, a ‘influenza espanhola’ está dizimando a população do Rio de Janeiro”. Considerando o quadro esboçado pelo articulista, a situação da Capital Federal não se apresentava nada animadora, haja vista que, dentre os diversos transtornos gerados pela epidemia, destacava-se a iminência de uma carestia de medicamentos: “As farmácias esgotaram a provisão dos preservativos indicados para afugentar o hóspede fatal”. E como que insinuando que se tratava de uma questão de tempo até que a doença alcançasse o solo sergipano, a mesma matéria alarmava a sociedade: “Dentro em poucos dias é quase certo que teremos a sua visita. E nós dormimos à sua perigosa aproximação”.

Debruçando-se sobre os impactos da gripe espanhola no Rio, Schwarcz e Starling (2020, p. 122) salientam que a celeridade do contágio descortinou a fragilidade da estrutura sanitária da cidade, assim como a inexistência de estratégias profiláticas eficazes contra a doença. Posto isso, sugestionamos que a patente debilidade da assistência médica fornecida pelo poder público contribuiria para agravar a crise epidêmica, não unicamente na capital do Brasil, como, também, em diversas outras localidades do país, no que logo se incluiria o estado de Sergipe.

As cenas mórbidas proporcionadas pela marcha da “bailarina” se acumulariam em todas as regiões brasileiras, e seriam regularmente transpostas para os jornais. O quadro aterrador do Rio parecia se destacar. Na perspectiva dos efeitos do surto, os quais por vezes se revestiam de um caráter efetivamente macabro, observam Schwarcz e Starling (2020, p. 126):

Embalada pelo ritmo fúnebre da pandemia, o Rio de Janeiro, pouco a pouco, foi virando uma fileira de cadáveres insepultos, jogados pelas avenidas da outrora orgulhosa cidade reformada por Pereira Passos. Com a falta de coveiros, muitos deles também doentes, e com a carência de caixões, a capital



da República passou a viver um grande luto coletivo. Não havia mais família que pudesse deixar de lastimar óbitos.

No dia 18 de outubro, o *Jornal do Povo* reproduzia um telegrama expedido do Rio de Janeiro, por meio do qual se registrava lá a existência de quatrocentos mil casos oficialmente notificados, o que levaria ao fechamento das fábricas e à suspensão das atividades comerciais. Ainda segundo o referido telegrama, na Capital Federal as companhias de bondes alteraram as tabelas de horários devido à insuficiência de funcionários, as sessões do Senado não ocorreram por estarem enfermos os próprios senadores, e os teatros suspenderam os seus espetáculos por um período indeterminado. Outro telegrama encontrado naquela edição delineava o panorama similarmente nefasto da cidade de Recife: “A ‘gripe’ na capital de Pernambuco está assolando terrivelmente, registrando-se 100 óbitos por dia”.

No estado vizinho, os soteropolitanos, que já se encontravam à mercê do flagelo, ver-se-iam afetados pela sua interferência nas relações afetivas, o que abalava de forma expressiva o psicológico daqueles indivíduos. Acerca disso, declara Souza (2009, p. 166):

A doença espalhava-se rapidamente, a morte subtraía pessoas da família, da rua, do bairro e da cidade; em semelhantes situações temia-se perder as referências próximas e longínquas. As rupturas brutais impostas pela doença epidêmica à vida cotidiana e às relações sociais disseminaram entre os soteropolitanos a inquietude e a angústia próprias dos tempos de peste.

Comumente a imprensa ressaltava o desconhecimento da etiologia da enfermidade por parte da comunidade médica. Nesse sentido, o *Diario da Manhã* de 20 de outubro descreveria a influenza espanhola como “[...] um mal desconhecido, contra o qual as sumidades médicas, nacionais e estrangeiras, ainda não acertaram o remédio eficaz, ou sequer um preservativo de confiança”. Tornava-se plausível supor que as incertezas acerca da causa material da doença intensificavam o temor da população em relação à possibilidade de contraí-la, sendo que o tom assumido pelos redatores dos jornais pouco ou nada contribuíam para gerar tranquilidade. É o que se infere de um dos parágrafos do mesmo texto do *Diario da Manhã* de 20 de outubro, fazendo-se referência ao caso específico do Rio de Janeiro: “As notícias vindas por viajantes daquelas paragens são as mais alarmantes e desanimadoras que nos podem chegar”. Adiante, reiterava-se: “A moléstia é insidiosa e em extremo perigosa”. Por fim, clamava-se aos leitores do periódico: “Cuidado, muito cuidado”.

O desconhecimento da causa material da epidemia de fato complexificava a adoção de estratégias eficientes de combate. É o que indica Souza (2009, p. 148),



pesquisadora segundo a qual o mistério que orbitava em torno da etiologia da moléstia se fazia mais difícil de suportar, no sentido psicológico, do que o reconhecimento definitivo de que a doença era maligna. Vale pontuar que, conforme o historiador Sidney Chalhoub (2017, p. 197), ao longo do século XIX, a comunidade médica brasileira definiu dois paradigmas atinentes às formas de propagação das doenças: o *contágio*, propriedade por meio da qual a enfermidade se comunicava diretamente de um indivíduo a outro, sem a necessidade de intervenção das causas que a originaram; e a *infecção*, que decorria da influência exercida na atmosfera pela putrefação da matéria orgânica animal ou vegetal, gerando os eflúvios miasmáticos anteriormente aludidos.

Diante do exposto, presumimos que, tanto o teor das notícias sobre o desenvolvimento da influenza ao redor do mundo e no Brasil, quanto as preocupantes incertezas que dificultavam o enfrentamento da epidemia por parte das autoridades médicas e políticas, poderiam acentuar o medo da investida daquela doença que logo atingiria as terras aracaianas.

E a “bailarina” desembarca em Sergipe...

Nesta seção, a imprensa sergipana constituirá um suporte indispensável na medida em que possibilita a reconstituição da progressão epidêmica a partir das primeiras notificações de casos de gripe espanhola no estado. Acerca da utilidade dos jornais como fontes históricas, vale ressaltar que, segundo Tania Regina de Luca (2008), o processo de diversificação das temáticas historiográficas se relaciona estreitamente com a atribuição do caráter de fonte de pesquisa aos periódicos. Se outrora a utilização de jornais era questionada devido a sua falta de objetividade, a imprensa passaria, mormente nos anos 1960, a figurar como uma importante fonte primária, sendo que, já na década seguinte, o próprio jornal se tornaria um objeto de pesquisa histórica. (Luca, 2008, p. 117-118, 126). A seguir, prosseguiremos a análise proposta com base em matérias de jornais publicados em Sergipe à época da epidemia de gripe espanhola, tomando como ponto de partida a ocasião da chegada da doença no território sergipano.

As advertências da imprensa se configurariam como o presságio da chegada do morbo a Sergipe, uma vez que os primeiros casos no estado seriam notificados ainda naquele dia 20 de outubro, quando seis tripulantes e passageiros do vapor *Itapacy*, acometidos pela moléstia, desembarcariam na capital Aracaju, vindos da Bahia. Ao comunicar que a embarcação fora interditada, descarregada e desinfetada, e que a tripulação fora submetida a quarentena no lazareto público da cidade, o *Diário da Manhã*



veiculado dois dias mais tarde assinalava que “a cidade se acha apavorada diante da aparição da gripe espanhola, que já tem acamado diversas pessoas”. De acordo com a matéria, o cozinheiro de bordo José Antônio Corrêa da Silva teria falecido durante a viagem e, sendo “procedidas as formalidades do estilo”, o seu cadáver teria sido atirado ao mar.

Na edição do *Jornal do Povo* também publicada em 22 de outubro, informava-se que os indivíduos enfermos do *Itapacy* foram “removidos para o Hospital de Isolamento, cercados das indispensáveis medidas profiláticas”. O redator do texto pontuava que “estão sendo tomadas as devidas providências para o fim de ser evitada, entre nós, a propagação da ‘gripe’ ou ‘influenza espanhola’”. Tais providências incluíam, conforme a matéria citada, a orientação preventiva da Diretoria de Instrução Pública concernente ao encerramento dos cursos da Escola Normal e à antecipação dos exames finais a serem aplicados nos grupos escolares sergipanos.

O próprio presidente eleito do estado de Sergipe, José Joaquim Pereira Lobo, percorreria uma parte do trajeto até a capital a bordo do *Itapacy*. A sua posse no cargo se daria no dia 24 de outubro, induzindo-nos a constatar que o então senador iniciaria o mandato já imbuído de uma significativa responsabilidade, a de providenciar ações sanitárias com vistas ao combate à gripe espanhola. Ao anunciar o desembarque do mandatário sergipano em Aracaju – previsto para o dia 18 –, o *Correio de Aracaju* da mesma data convocava a sociedade para prestigiar a chegada do “futuro timoneiro” do governo estadual: “O povo sergipano deve sair-lhe ao encontro e dizer-lhe bem alto as esperanças que nele deposita e a alegria que lhe inunda o espírito”.

Os planos de Pereira Lobo seguir a viagem no *Itapacy* seriam frustrados por uma greve de estivadores na Bahia, imprevisto que adiaria a partida da embarcação. Assim, o governante eleito completaria o percurso até Aracaju em uma locomotiva que saíra da capital baiana às 20 horas do dia 17. Esse esclarecimento constava no *Correio de Aracaju* editado a 19 de outubro, onde também se encontrava uma outra informação relevante, o adoecimento do político durante o caminho: “A sua entrada [de Pereira Lobo] na capital teria sido um verdadeiro triunfo, se não fosse *o estado de saúde um pouco alterada* em que chegou s. ex.” Nota-se que a matéria não explicitava a natureza da enfermidade que havia se abatido sobre aquela autoridade.

Conjeturamos que o periódico se eximiu intencionalmente de nomear a doença do presidente eleito para evitar suscitar inseguranças acerca da sua integridade física. Afinal, navegara Pereira Lobo no mesmo vapor no qual foram registrados casos de gripe



espanhola. De toda sorte, abria-se margem para se suspeitar que o político contraíra o morbo, a despeito dos eufemismos aos quais se recorria: “Em virtude do *incômodo que acometera*, s. ex. não pôde receber os cumprimentos de muitas comissões que lhe foram apresentar as boas-vindas”. (Itálicos meus).

Por meio de uma nota modesta, o *Correio de Aracajú* de 22 de outubro informava que as festas alusivas à posse de Pereira Lobo seriam adiadas pela comissão encarregada dos seus preparativos, a fim de que o governante convalescente pudesse acompanhá-las presencialmente. Também no dia 22, uma outra nota, dessa vez do periódico *Diário da Manhã*, informava que “s. ex. o coronel Lobo ainda se acha incomodado, constando-nos que somente a 24 pretenderá sair para empossar-se das funções presidenciais”. Por fim, destacamos uma matéria do *Estado de Sergipe*, ainda do dia 22, na qual se assegurava que o político apresentava melhora notável: “Folgamos em registrar que o exmo. sr. senador Pereira Lobo, presidente eleito do nosso estado, bem como sua diletta e gentilíssima filha, senhorita Maria Lobo, já se encontram em franca convalescença da moléstia que os havia prostrado durante os três últimos dias”. Reiteramos que na análise dos textos jornalísticos não se localizou qualquer menção precisa a respeito da doença que de fato afligira Pereira Lobo às vésperas de ele assumir as rédeas do estado.

Eis que, em fins de outubro, despontaria na imprensa local um interessante neologismo – “Influenzaphobia” – ao qual se recorreria para sustentar a ideia de que o temor manifestado pelas pessoas no cenário epidêmico se fazia tão prejudicial quanto a própria doença, elevando, inclusive, a probabilidade de contágio. Reproduzindo as palavras do *Jornal do Commercio*, cujo local de publicação não é identificado, o *Correio de Aracajú*, em seu número lançado a 29 de outubro, corroborava tal premissa: “É sabido que nas crises epidêmicas o medo, indicativo de depressão nervosa, predispõe à moléstia”. No dia 30, um artigo ainda mais categórico, redigido pelo dr. Plácido Barbosa, e originalmente publicado seis dias antes no jornal *O Imparcial* da Bahia, seria replicado no *Diário da Manhã*. Sugeria-se que o medo deveria ser afugentado tal qual a enfermidade que o provocava, uma vez que o sentimento propriamente dito desordenava a sociedade e o ambiente em seu entorno. Assim se expressava o redator do texto:

Longe de nós querer diminuir a gravidade da condição atual desta cidade [Salvador] assolada por uma epidemia de influenza verdadeira. Mas há um estado de pânico, uma *influenzafobia*, que devem ser combatidos, por prejudiciais aos doentes, aos sãos e às atividades necessárias. *A desordem dos espíritos gera a desordem das coisas. [...] Esse pânico que observamos na cidade é uma loucura coletiva*; as farmácias apinhadas de gente, muitas fechadas, a voracidade pelas drogas, as ambulâncias às carreiras, as ruas

desertas, o terror nas famílias. Um pouco de calma, um pouco de juízo; atividades mais bem dirigidas dariam melhor resultado. (Itálicos meus).

Examinando e interpretando a mesma matéria aqui citada, mas com base na publicação original pela imprensa baiana, em 24 de outubro, Souza (2009, p. 209) suscita considerações relevantes acerca das prováveis intenções subjacentes às palavras do referido articulista:

Barbosa tentava evitar os efeitos negativos do que denominava “influenzafobia”, argumentando que as pessoas não precisavam temer desmesuradamente a doença pandêmica que visitava Salvador nesse período, porquanto a sua gravidade não consistia na mortalidade, até aquele momento pequena, mas no fato de a gripe prostrar, subitamente, grande parte da população, desorganizando os serviços e causando sofrimento a todos.

Na antevéspera do Dia de Finados de 1918, os jornais já enunciavam a aproximação da data dedicada às almas dos mortos, sem, contudo, escantear a moléstia que se disseminava. No número do *Diario da Manhã* publicado em 31 de outubro, um texto de primeira página aludia à “tríade funesta” formada pela conjunção avassaladora da guerra, da peste e da fome. Pintava-se, desse modo, um quadro tétrico que, em pleno cenário de recrudescimento da contaminação e da mortandade em função da gripe espanhola no estado de Sergipe, dificilmente não chamaria a atenção dos leitores do periódico: “Entre nós, na intimidade dos nossos lares, os efeitos da tríade funesta sulcam desoladoramente, povoando de aflições e gemidos o ambiente outrora ressonante de risos, alegrias, contentamento”.

Os três fatores nefastos que, de acordo com a matéria publicada no *Diario*, afligiam em simultaneidade a população do mundo, colocavam em evidência o fato de que aquele contexto desencadeara uma anomia que levaria o medo de sucumbir em função da “tríade” a se projetar mais energicamente na população. Afirmam Schwarcz e Starling (2020, p. 323) que “quando a morte acontece em momentos de graves crises sociais, como guerras, fome e epidemias, ela se torna ainda mais perturbadora, pois escapa do curso considerado ‘normal’ nas sociedades”.

Ainda na edição do dia 31 do *Diario*, constava na seção de telegramas uma mensagem expedida do Rio de Janeiro, por meio da qual se comunicava que, até a noite do dia 28, o total de vítimas na Capital Federal se elevara a 619, sendo que a Companhia Funerária recebera 177 encomendas de caixões. Já na matéria encimada pelo título “O que diz um recém-chegado”, os redatores do jornal transcreviam uma entrevista com o sr. Joaquim Figueiredo, que chegara do Rio trazendo “[...] as notícias mais aterrorizadoras sobre o estado sanitário daquela capital”. De acordo com o entrevistado, a situação era de





fato terrificante: “O Rio faz horror”, declarou. Ao ser indagado pelo jornalista acerca das dimensões do obituário, argumentou que “são tantos os enterramentos que só se fazem à noite, passando os carros pelas ruas de menor movimento”. É em outra matéria localizada mais adiante e intitulada “Outras impressões do Rio”, que o jornal registra um segundo testemunho, o do sr. coronel Faustino Correia Caldas, caracterizado como um “abastado negociante”: “É assombroso o que se passa no Rio”, asseverou o coronel.

Enquanto os relatos dos viajantes traduziam o horror da pestilência, os fiéis defuntos se insinuavam pelas matérias da imprensa sergipana. Em 1º de novembro – data que precedeu o Dia de Finados – publicou-se no *Correio de Aracajú* um texto intitulado “Os Mortos”, de autoria atribuída a Cesário Martins, e cujo tom claramente literário rebuscava a evocação da imagem da morte: “O sepulcro é a noite do olvido, onde uns e outros se albergam nas pregas do mesmo sudário”. A seguir, o articulista prosseguia o esboço da cena fúnebre de modo particularmente requintado: “Muitos dos nossos amigos já dobraram o limiar. Lá dormem sob os ciprestes que os ensombram, sem mais barulho que o soluçar das brisas e o cavar monótono do coveiro que desdobra a cama para outro dos nossos irmãos”. E a despeito das circunstâncias nada propícias para aglomerações, exortava o povo a prestar homenagens aos seus mortos, comparecendo às necrópoles: “Homens, ao cemitério! Pousai sobre essas campas algumas coroas de flores [...], vertei uma lágrima de saudade e murmurai uma prece pela alma dos que lá dormem”.

Uma nota presente na mesma edição do *Correio de Aracajú* contrastava com a exortação suscitada por Cesário Martins, tendo em vista que alvitrava a sociedade a dispensar a visitação aos mortos em virtude da excepcionalidade do contexto epidêmico: “Como medida preventiva contra a influenza espanhola, aconselhamos a conveniência de evitar qualquer aglomeração, notadamente a piedosa romagem ao cemitério no dia 2 [...]”. Acentuando a contradição entre a necessidade de suspender os ajuntamentos de pessoas e os rogos para que a população visitasse os cemitérios no Dia de Finados, o texto redigido por João Esteves para o *Diário da Manhã* de 1º de novembro clamava aos cidadãos: “Pais, ide amanhã à necrópole chorar o vosso filho [...]. Filhos, caminhai amanhã para o campo santo; ide carpir a saudade dos vossos melhores amigos, pai e mãe que se foram”. Já na matéria intitulada “Cemitério Santa Isabel”, o *Diário* previa que a necrópole do bairro Santo Antônio, em Aracaju, “[...] acolherá amanhã, em comemoração aos mortos, grande número de visitantes”. O periódico sublinhava, porém, o estado de decrepitude em que se achava tal cemitério: “Já uma vez um dos nossos vespertinos noticiou, com espanto geral,



que, indo um fiel depositar flores ao túmulo do ente querido, teve o desgosto de ver as suas flores, mal virara as costas, serem devoradas pelas formigas!!”.

Assumindo um discurso mais razoável, o *Estado de Sergipe* de 2 de novembro sugeria que, embora a data determinasse “[...] que se povoem de chorosos viventes os campos santos e as romarias dolentes se façam em comemoração aos que partiram desta vida”, por outro lado se fazia imprescindível tomar as devidas precauções: “[...] aconselhamos ao povo que se abstenha de se reunir no dia dos mortos”. E ressaltava: “[...] trata-se de um caso de salvação pública e é mister que cumpramos esta medida a fim de que não tenhamos mal maior a lamentar”.

Por meio de um texto diminuto impresso no canto inferior da penúltima página da edição d’*O Imparcial* do dia 4, noticiava-se que a afluência de pessoas às necrópoles da capital fora reduzida devido às medidas preventivas adotadas pela população: “Não houve, como de costume, a mesma concorrência aos cemitérios, visto os conselhos dados e tomados, como meios preventivos ao mal que está nos avassalando”. Em seguida, lia-se: “Assim passou o dia 2 de novembro. À tarde, número resumido de pessoas iam ao cemitério visitar o carneiro dos seus, e fazerem a visita aos mortos como lembrança da lúgubre passagem”.

Na seção de programação dos cinemas aracajuanos, também encontrada n’*O Imparcial* de 4 de novembro, anunciava-se a exibição, no Eden Cinema, de “um filme extraordinário em seis partes colossais”, cujo título – “As chamas funestas” – se fazia pouco ou nada convidativo na conjuntura da epidemia. Outras películas com nomenclaturas sugestivas estiveram em cartaz na capital ainda na semana anterior, o que se constata no *Estado de Sergipe* de 30 de outubro, edição em que se informava que o Cinema Rio Branco apresentaria a “Vingança do morto”, enquanto no Eden Cinema a sociedade poderia prestigiar “Uma tragédia na montanha”.

A análise das matérias publicadas na imprensa induz a crer que os efeitos da influenza nas mentes dos indivíduos enfermos por vezes alcançavam patamares dramáticos. Os leitores do *Jornal do Povo* seriam comunicados, em 9 de novembro, que a doença andava desarranjando as faculdades mentais dos moradores do Rio de Janeiro. Um telegrama expedido na véspera e intitulado pelo periódico como “Loucos devido à epidemia” afirmava que “em consequência da influenza espanhola, enlouqueceram, anteontem, seis pessoas nesta cidade”. Semelhante ao que lá sucedia, também em Sergipe a gripe espanhola parecia estar causando transtornos de natureza psicológica. Em uma nota nomeada como “A gripe e a loucura”, publicada no dia 27 de novembro no *Jornal*



do Povo, sustentava-se que “algumas pessoas atacadas do terrível mal têm ficado com perturbação mental”. No texto, informava-se, ainda, que “entre outros, sabemos que está neste caso o negociante Cyro Silveira, proprietário da antiga ‘Casa Paris’”.

Ao noticiar a paralisação das mais proeminentes fábricas de Aracaju – *Sergipe Industrial e Confiança* –, o *Diario da Manhã* de 10 de novembro não deixava esquecer que “a epidemia do terrível mal que infelizmente nos visita se desenvolveu assustadoramente na nossa capital”. E os jornais sergipanos continuariam a informar os seus assinantes acerca da marcha do morbo no Rio de Janeiro. Nesse sentido, o *Estado de Sergipe* transcreveria, no dia 11 de novembro, uma mensagem telegráfica que poderia suscitar dúvidas acerca da confiabilidade da prestação dos serviços hospitalares naquela capital: “Toda a imprensa ataca a Santa Casa de Misericórdia, cognominada *Casa da morte*, dizendo que, dos doentes que para ali vão, nenhum escapa”. O telegrama se encerrava de modo igualmente desolador: “As descrições são pavorosas”.

O tempo avançava e a epidemia não dava trégua. “Sempre sombrias as apreensões pelos males que a *bailarina* tem espalhado em todo o estado”, escrevia, no dia 22 de novembro, um redator do *Diario da Manhã*. Grassando, também, em outras cidades sergipanas, a doença espalhava o seu rastro para além da capital. Em 26 de novembro, uma nova matéria do *Diario* informaria que, no município de Nossa Senhora das Dores, distante cerca de 70km de Aracaju, “[...] o comércio está em vésperas do seu completo encerramento e o povo se acha apavorado, tal a intensiva dilatação do mal reinante ali”. No *Correio* do dia subsequente, apontava-se que “[...] a influenza está atacando horripelmente algumas localidades do estado”, sendo um dos exemplos citados no jornal o caso da cidade de Salgado, localizada a aproximadamente 50km da capital, em que “[...] contam-se atualmente mais de trezentas pessoas gripadas, havendo entre elas muitos casos fatais, com especialidade na plebe, onde a falta de recursos é demasiado penosa”. O *Diario* do dia 27 de novembro alertava, no mesmo sentido: “Pouco a pouco vai a *bailarina* ceifando vidas. Permita Deus que tenha sido atendida a reclamação em nome daqueles necessitados”.

Dentre as consequências consideravelmente graves do surto, ressaltamos a ocorrência de casos extremos, nos quais as pessoas perpetrariam atos violentos contra si mesmas. No texto “Gripado suicida”, redigido para o número de 30 de novembro do *Jornal do Povo*, repercutir-se-ia o suicídio do enfermo José Conrado dos Santos, ex-funcionário da companhia de estradas de ferro *Chemins de Fer*. Acerca do destino trágico daquele homem, o articulista esclarecia que “[...] a moléstia lhe atacou o cérebro [...] e,



nesse estado, o infeliz pôs termo à vida, enforcando-se”. Pormenorizando a ocasião em que as autoridades policiais e sanitárias atestaram a morte do cidadão, a matéria explicava que, ao adentrar na residência da vítima, encontraram o cadáver [...] suspenso por um laço de corda que pendia do armador”. O *Correio de Aracajú* da mesma data detalhava que o sujeito “atou ao pescoço a corda que pendia da argola onde prendia a rede e, ajoelhando-se, suspendeu o corpo, morrendo, quase logo, enforcado”. Reiterava-se, ademais, que o suicida “José Conrado dos Santos é mais uma vítima da influenza espanhola”.

Antes do arrefecimento do surto – o que se daria no decurso da primeira quinzena de dezembro –, constatamos que a imprensa ainda insistia em frisar os malefícios da “espanhola” para a mente, os quais decorriam do sentimento de medo. O *Jornal do Povo* de 2 de dezembro mantinha patente na lembrança da população que a doença “mata uns, enlouquece outros, leva ao suicídio outros”. Em seguida, acrescentava-se: “Os que não morrem, nem enlouquecem, nem se suicidam, ficam, por algum tempo, em estado de abatimento, fazendo-se lentamente a cura”.

Em que pese o fechamento de numerosos estabelecimentos na capital devido à redução do quantitativo de funcionários sãos e aptos para atuar, convém ressaltar que os cinemas acima mencionados também fechariam as portas. “Em virtude de se acharem atacados de influenza diversos empregados do Eden Cinema”, comunicava o *Jornal do Povo* de 16 de novembro, “a empresa resolveu suspender por uns dias o funcionamento daquela casa de diversões”. No dia 21, seria a vez do *Correio de Aracajú* publicar uma nota informativa semelhante, segundo a qual “por motivo da enfermidade de que se acham atacados vários auxiliares do Cinema Rio Branco, resolveu este suspender as suas sessões até o próximo domingo [...]”. Um articulista do *Jornal do Povo* lamentaria, a 23 de novembro, a infelicidade que se abatia sobre a população sergipana em face da suspensão de alguns meios de entretenimento: “Fechados os cinemas”, escrevia, “as noites que, entre nós já eram tristes, tornam-se agora ainda mais tristes”.

No transcurso da epidemia em Sergipe, um sacerdote de origem portuguesa, mas atuante em Aracaju, entraria em cena e logo se tornaria um dos protagonistas do enredo insólito que se desdobrava. O padre Abílio da Silva Mendes, vigário da freguesia de Santo Antônio, localizada nas proximidades do Centro da capital, passaria a queixar-se recorrentemente da situação crítica em que se encontravam os moradores mais desfavorecidos daquela localidade. Comparecendo à sede d’*O Imparcial*, o eclesiástico chamaria a atenção para a falta de assistência às famílias carentes, cujos membros estavam perecendo desamparados pelo poder público. Tal periódico publicaria, no dia 11



de novembro, um relato desinquietante do padre Abílio: “[...] ele próprio, esta manhã, teve que arrombar algumas portas de residências particulares a fim de acudir aos gemidos dos moradores vitimados”. A matéria aludia, adiante, às medidas adotadas pelo padre, que “[...] determinou que o único ato religioso a se celebrar fosse a Missa, recomendando que a ela não assistissem as pessoas doentes, mandando também suspender o dobre de sinos”.

O vigário também se dirigiria ao *Jornal do Povo*, que, em sua edição de 12 de novembro, reproduziria o testemunho de um clérigo indignado, segundo o qual existiam comerciantes mal-intencionados adulterando medicamentos supostamente capazes de tratar os sintomas da gripe no organismo dos enfermos: “[...] estavam sendo distribuídos à pobreza sachês completamente vazios ou contendo substâncias que não eram sais de quinino, e sim goma ou tapioca”. O texto prosseguia evocando a problemática da carência de recursos da população da citada freguesia: “Referiu-nos depois [o sacerdote Abílio] que, na Estrada Nova [atual Avenida João Ribeiro], e adjacências, há falta de assistência médica, de sorte que o mal se propaga com intensidade [...]”. Consoante as palavras do redator do periódico, o padre Abílio “[...] andou de porta em porta, notando muitas vezes infelizes que morriam à míngua de remédios e de alimentos”.

Louvando os esforços empregados pelo padre Abílio, e comparando-o a São Francisco de Paula, o periódico *Século XX* de 16 de novembro sublinhava os socorros prestados por aquele abnegado sacerdote, que teria, de acordo com o articulista do jornal, uma “alma de santo”, e estaria “[...] botando abaixo portas para atender aos gemidos de famílias inteiras prostradas [...]”. A elevação dos preços de alguns gêneros essenciais seria denunciada em outra matéria da mesma edição, cujo título “Triste contraste” se referia à dissonância entre “tanta ação altruística e caridosa” e o “espírito do demônio” dos comerciantes que vendiam leite e carne a cifras exorbitantes. Oito dias mais tarde, o *Século XX* mencionaria uma vez mais o altruísmo do eclesiástico, insinuando que, se não fosse [...] a dedicação evangélica deste santo padre Abílio Mendes, que todo Sergipe deve venerar [...], a mortandade no bairro de Santo Antônio teria sido pavorosa”.

É também na edição do dia 24 de novembro que localizamos uma notícia atinente ao cadáver de uma mulher chamada Francisca de Melo, que “[...] permanecia em casa, sem esperança de ser dado à sepultura, por não haver quem o levasse ao cemitério [...]”. Ainda que os textos jornalísticos com esse teor desnudassem a faceta lúgubre da crise epidêmica, é mister esclarecer que nem sempre os falecimentos decorriam,



necessariamente, da influenza, haja vista que na matéria sobre o cadáver insepulto, por exemplo, não se explicitava a causa do óbito.

A última alusão ao padre Abílio Mendes que pudemos encontrar nos jornais, no contexto da epidemia de gripe espanhola, data de 5 de dezembro, quando o *Diario da Manhã* publicou uma matéria por meio da qual se informava que o sacerdote “[...] confirmou-nos que está em franco declínio a gripe no bairro Santo Antônio”. Como sugerem as fontes consultadas, a gripe espanhola de fato esmorecia, mesmo que paulatinamente. A 7 de dezembro, o *Diario da Manhã* reconhecia que “há vários casos ainda da tal influenza que nos aterrorizou por dilatados dias”, salientando, porém, que “por esta capital, a triste impressão vai aos poucos se dissipando”. No dia 9, o *Jornal do Povo* confirmava a atenuação do surto, buscando acalantar a sociedade, que se encontrava refém do medo: “Em Aracaju desaparece já o pavor, o receio, o desânimo”.

Tanto o Cinema Rio Branco, quanto o Eden Cinema, que se achavam temporariamente fechados em função do adoecimento dos empregados, retomariam as atividades em dezembro. No *Correio de Aracajú* do dia 1º de dezembro de 1918, uma nota comunicava aos leitores do jornal que “[...] será hoje reaberto o popular Rio Branco, depois de desinfetado e rigorosamente asseado”. O *Diario da Manhã*, por seu turno, informaria, na mesma data, que o Eden Cinema “reabrirá seu arejado salão” para a exibição de um “suntuoso drama de aventuras policiais e amorosas”. Superada a crise sanitária, as produções com títulos mais modestos – a exemplo de “Outono”, selecionado para ser projetado na reabertura do *Rio Branco* – substituiriam os filmes anteriormente exibidos, cujos nomes impressionantes seriam capazes de causar, por si, certo impacto psicológico.

“Por que, de vez, não nos deixa em paz a terrível moléstia?”, questionava o articulista do *Jornal do Povo*, na edição de 11 de dezembro. “Já estamos aborrecidíssimos de sua visita importuna. *Vade retro!*”. Similarmente subjetivo era o tom adotado pelo redator do *Diario da Manhã* publicado em 14 de dezembro: “Infelizmente, no interior do estado ainda há algumas localidades *assombradas pelo demônio da gripe* [...]. Mas tenhamos fé no Altíssimo, para que não se registrem mais casos fatais de forma alguma”. (Itálico meu).

No dia 22, às vésperas do Natal, o *Século XX* certificava: “Graças a Deus, estamos livres da influenza espanhola, que tanto prejuízo causou ao povo aracajuano”.

E assim, o medo da doença, manifestado pelos sergipanos durante o surto, tornava-se menos intenso, embora não desaparecesse, uma vez que, como vimos, o



sentimento de medo é inerente à existência humana. Já no século XVIII, Defoe (2021, p. 279) admitiu que “o medo se apodera de nossa mente de um modo inexplicável”. E, passadas duas décadas da epidemia de gripe espanhola, a onipresença inelutável do medo seria, também, assinalada pelo literato brasileiro Carlos Drummond de Andrade (2012, p. 139), que, em seu famigerado poema *Congresso Internacional do Medo*, publicado em 1940, durante a Segunda Guerra Mundial, diria: “[...] cantaremos o medo da morte e o medo de depois da morte,/ depois morreremos de medo/ e sobre nossos túmulos nascerão flores amarelas e medrosas”.

Considerações finais

Almejou-se, por meio deste artigo, elucidar como se deu a manifestação individual e/ou coletiva do sentimento de medo e a sua relação com a morte no contexto da epidemia de gripe espanhola no estado de Sergipe, estipulando-se como recorte temporal da pesquisa o intervalo decorrido entre setembro e dezembro de 1918. Em que pesem a conjuntura em pauta e os fatores analisados, alguns apontamentos relevantes podem ser convenientemente elencados.

Averiguamos que a sociedade sergipana teve acesso às notícias concernentes à evolução da epidemia antes de ela alcançar o estado de Sergipe, o que possibilitava o acompanhamento da progressão da moléstia pelo mundo e nas outras regiões do Brasil. Posto isso, conjecturamos que, embora não houvesse completo desconhecimento acerca dos impactos da “espanhola” em outras localidades, a distância geográfica dos pontos em que a influenza grassava suscitava uma sensação de segurança e imunidade naqueles que se encontravam afastados da enfermidade.

Evidenciou-se que a postura de negação da potencialidade dos efeitos da influenza levou à criação, por parte da imprensa baiana, do neologismo “influenzafobia”, o qual seria utilizado com o propósito de minimizar as consequências do avanço do surto, insinuando-se que o temor da moléstia predisporia os organismos a serem acometidos por ela. A replicação, em um jornal sergipano, da matéria que evocava o referido termo demonstrava que a atitude de negar a crise epidêmica não se restringia aos responsáveis pelo periódico soteropolitano que originalmente publicara o texto. A externalização do medo configurar-se-ia, desse modo, como um elemento a ser enfrentado e combatido, assim como a própria epidemia que o gerava.

Constatamos, ainda, que o surto epidêmico teria, supostamente, causado desordens de natureza mental em certos indivíduos sergipanos, os quais, consoante as



matérias da imprensa, “enlouqueceram” devido à doença que os acometera. Havia, entretanto, a ocorrência de casos mais críticos de “loucura”, em que as pessoas atacadas pelo morbo, ou temerosas de contraí-lo, atentaram contra a própria vida, em uma provável tentativa de suprimir o sofrimento.

Salientamos, por fim, a inviabilidade de se delinear um quadro consistente da logística de enterramentos de vítimas da epidemia em Sergipe, devido à escassez, nas fontes consultadas, de informações acerca da conduta respeitante ao tratamento e à destinação dos cadáveres.

Não se pretendeu explorar as minudências da crise sanitária, já que a historiografia tem alumiado, ultimamente, os seus desdobramentos e consequências. Depreendemos, todavia, que, além de interferir de forma sintomática na sociabilidade sergipana, a gripe espanhola afetou a mentalidade da população residente no estado, provocando a expressão genuína do medo e da angústia, de maneira diretamente proporcional à dança perversa da temida “bailarina”.

Data de Submissão: 27.02.2025

Data de Aceite: 12.05.2025

Referências

Fontes

Jornais

Acervo do Arquivo Público do Estado de Sergipe (Apes): *Século XX*.

Acervo da Biblioteca Pública Epiphânio Dória (BPED): *Jornal do Povo*.

Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE): *Correio de Aracajú; Diário da Manhã; Estado de Sergipe; O Imparcial*.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Carlos Drummond de (org.). **Antologia poética**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARIÈS, Philippe. **O homem diante da morte**. Tradução: Luíza Ribeiro. Editora Unesp, 2014.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BOCCACCIO, Giovanni. **Decamerão**. Tradução: Torrieri Guimarães. São Paulo: Abril, 1979.



CAMUS, Albert. **A peste**. Tradução: Valerie Rumjanek Chaves. 41ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2024.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

DEFOE, Daniel. **Diário do ano da peste**. Tradução: Henrique Guerra. Barueri: Novo Século Editora, 2021.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente, 1300-1800: uma cidade sitiada**. Tradução: Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução: Eduardo Brandão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008 (p. 111-153).

PORTO, Fernando Figueiredo. **A cidade do Aracaju – 1855-1865: ensaio de evolução urbana**. 2ª ed. Aracaju: Governo de Sergipe; FUNDESC, 1991.

REIS, João José. **A morte é uma festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

SANTANA, Antônio Samarone de. **As febres do Aracaju: dos miasmas aos micróbios**. Aracaju: O Autor, 2001.

SANTOS, Matheus Honorato da Silva. A gripe espanhola em Aracaju: sociedade, imprensa e poder público no contexto de progressão da influenza (1918-1919). **Boletim Historiar**, v. 10, n. 3, jul./set. 2023, p. 54-72.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SOUSA, Antonio Lindvaldo. O discurso da modernização de Aracaju e as epidemias nas primeiras décadas do século XX. **Ponta de Lança**, ano 4, p. 45-53, abr./out. 2011. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/1685>. Acesso em: 12 ago. 2024.

SOUZA, Christiane Maria Cruz de. **A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Salvador: Edufba, 2009.